

TRAJETÓRIA DO SISTEMA EDUCACIONAL ATRAVÉS DAS CONFIGURAÇÕES DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL

Trajectory of the Educational System through the configurations of the teaching profession in Brazil

Cíntia Lúcia de Lima*
Daniela Fantoni de Lima Alexandrino**

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. *História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.

O livro *História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa* aborda a trajetória da educação brasileira pela ótica da docência, foi escrito por Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Luigli, ambas possuindo graduação em pedagogia, mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo. A primeira atua como professora do departamento de metodologia do ensino e educação comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a segunda atua como professora no programa de pós-graduação interdisciplinar educação e saúde na infância e adolescência da Universidade Federal de São Paulo.

Esta obra faz parte da Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, projeto da Cortez Editora e é um dos compêndios inseridos na segunda série desse projeto, cujos temas são voltados para uma nova visão da pesquisa brasileira em educação. A primeira série retrata temas sobre a educação e a escolarização, de uma forma mais ampla e envolvendo o tempo cronológico.

O texto foi dividido em cinco capítulos sendo precedidos pela introdução onde as autoras procuram destacar o percurso da constituição da profissão docente enfatizando a ideia de que a profissionalização não se produz de forma interna, mas enraizada no contexto e nos sujeitos-atores envolvidos nas relações de produção e manutenção da ordem social. Ideia que conforme Nóvoa (1986), “pressupõe a articulação entre o processo de formação, as instituições onde se atua, os conhecimentos, as condições para o exercício da docência e os diálogos da categoria com o Estado” (p. 22).

Neste sentido configuraram-se no cenário brasileiro, muitas lutas, muitos conflitos e várias disputas em torno da definição e redefinição do papel do professor e da estruturação do seu campo de atuação.

Ao longo dos anos, foram surgindo diversos modelos de formação de professores e diversos mecanismos de recrutamento. Isso vem corroborar com a reflexão sobre a multiplicidade de episódios vividos em cada época, adequados às características de cada sociedade em seu momento histórico e conseqüentemente com a diversidade e descontinuidade que moldaram a constituição do sistema escolar brasileiro.

No primeiro capítulo, “Como se preparavam os professores para o ensino”, as autoras descrevem os processos pelos quais foi institucionalizada a formação docente a

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Barbacena. E-mail: cintidlima@yahoo.com.br

** Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo. Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus Barbacena. E-mail: dani_efi2002@yahoo.com.br

partir de meados do século XIX. Anteriormente não havia a existência de uma formação específica para a docência. Isso se dava através de concursos de nomeação em que se levava em conta somente o atestado de moralidade e o conhecimento exclusivo do que seria ensinado. O sistema de mestres adjuntos, as Escolas Normais, a habilitação específica para o magistério (HEM) e os cursos de pedagogia são delineados como as formas institucionalizadas para a preparação de professores primários. Quanto aos professores do nível secundário foram implementadas licenciaturas das disciplinas escolares, nas universidades.

O sistema de professor adjunto era um modelo artesanal, em que o professor aprendia seu ofício acompanhando um professor mais experiente e durou praticamente todo o período imperial.

As Escolas Normais surgiram logo após a promulgação do Ato Institucional de 1834, com a responsabilidade pela preparação adequada dos professores e pela correta aplicação dos métodos de ensino. Chama a atenção o fato de, inicialmente, ser proibida a admissão de mulheres.

De imediato tratou-se de um movimento onde preponderaram mais ideias que políticas estatais. Isso só se disseminou no período republicano quando houve uma ação efetiva de estabelecimento de um sistema educacional do estado e um espaço construído essencialmente para a escola.

Mas o prestígio dessa profissão ainda era pequeno, associado aos baixos salários. Daí a pouca procura pela Escola Normal, que acabou se configurando, de maneira conotativa, em um terreno apropriado, dado à sua formação geral curricular, para as mulheres que queriam se preparar para o casamento.

Com a promulgação da Lei n. 5692/71 o antigo ensino foi reunido em ensino de primeiro grau de oito anos. E o ensino secundarista seria reorganizado de forma que fosse profissionalizante. A Escola Normal passou a se chamar Habilitação para o Magistério, tornando-se um curso de nível médio, freqüentado em maioria exclusiva por mulheres.

Inicialmente os cursos de pedagogia eram bacharelados que formavam “técnicos em educação” (p.54), não habilitando para o ensino em nenhum nível. Com o crescimento da massa escolar, do número de faculdades particulares e das universidades públicas, mudanças significativas transcorreram e a área educacional passa a ser reconhecida como uma área de conhecimento específico, o que contribuiu para a consolidação da profissionalização docente.

No segundo capítulo, “Professores e escolas: as condições de trabalho”, as autoras levam em consideração, para uma maior compreensão dos processos de profissionalização docente, os modos como se concretizaram o exercício do magistério, as formas de seleção para o ofício, as questões salariais e o controle do trabalho. Questões essas, que aparecem constantemente para justificar o baixo rendimento do ensino e a necessidade frequente de reformas educacionais.

A organização da carreira docente se efetivou a partir da obrigatoriedade escolar, instituída no século XX. Fica evidenciada nesse período a colocação das professoras recém-formadas em escolas interioranas. Essas profissionais se abdicavam da moradia familiar e do convívio social urbano em favor de consubstanciarem suas carreiras docentes.

Ricardo Ribeiro (1990) “assinala que possivelmente as professoras fossem mulheres mais independentes do que o normal para a época, uma vez que tinham seu próprio salário, mudavam freqüentemente de cidade e tinham que se valer a si próprias nessas ocasiões” (p.79).

Por acreditarem na importância desses fatores para a compreensão dos movimentos da profissionalização, as autoras fizeram um levantamento das formas de controle do trabalho docente e das diversas remunerações relativas a cada momento histórico. É preciso lembrar que a profissionalização docente só foi possível quando a regularidade no pagamento se estabeleceu de modo a que este pudesse se constituir em um trabalho de tempo integral e dedicação exclusiva. No início da década de 1960, houve as primeiras manifestações de insatisfações salariais pelos professores primários. Cabe aqui, ressaltar que a grande maioria desses profissionais da educação eram mulheres, o que permite demonstrar o posicionamento social e político do sexo feminino, numa sociedade que ainda tentava se estruturar.

No terceiro capítulo, “Movimento docente: pluralidade e disputas”, as autoras utilizam conceitos de Antônio Nóvoa (1998) para delinear a movimentação dos professores em torno da construção do seu espaço profissional. Para isso foram desencadeadas iniciativas de organização do magistério em associações. Somente no início do século XX, essas organizações se tornaram significativas, no âmbito das ações em favor da melhoria das condições de trabalho, concomitantemente com a estruturação dos sistemas educacionais nos estados brasileiros.

Vários foram os movimentos da categoria, mas as dificuldades, encontradas nesse universo, repleto de divergências e disputas, causaram certo atraso nos processos de articulação e legitimação da profissão docente no Brasil. O texto vem ressaltar a importância de se compreender a heterogeneidade do magistério para se compreender a diversidade da constituição do sistema escolar como um todo.

No quarto capítulo, “Imagens sociais da docência: a multiplicidade dos pontos de vista”, é apresentada a noção de grupo, baseada em conceitos de Bourdieu (1996), que fala do “poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade” (p.155).

O atual quadro do professorado brasileiro, segundo o livro, mostra uma imagem de desprestígio perante a sociedade. Além disso, as intensas cargas de trabalho e a desarticulação dos processos de reformulação dos sistemas de ensino têm facilitado estados doentes, desqualificando ainda mais, as impressões deixadas pelos profissionais em seu contexto histórico. É comum atribuir um caráter saudosista, aludindo à figura da antiga normalista para associá-la ao “período áureo da profissão” (p. 161).

Conforme a análise de Antônio Nóvoa (1996) descrita no livro em questão,

[...] na transição do século XIX para o XX a predominância de imagens públicas do magistério-essencialmente masculinas - marcou um momento decisivo de sua afirmação coletiva e profissional, enquanto em meados do século passado ganharam espaço as imagens femininas de caráter privado [...] e, mais recentemente, surgiram imagens públicas e femininas dos docentes, indicando uma mudança no modelo de profissionalização da categoria (p.174).

Já na ditadura militar, os professores se apresentavam como trabalhadores da educação, difundindo uma nova imagem da docência, que se revestiu no profissional politizado e presente nas esferas públicas de lutas pela categoria. Segundo as autoras, esse período caracterizou-se pelo surgimento de sindicatos, perante a necessidade de enfrentamento dos governos em busca de reconhecimento e valorização. É interessante destacar que, dentre os movimentos grevistas deflagrados, os jornais da época, davam ênfase à participação das mulheres – a grande maioria do magistério primário.

Na primeira página da edição de 17 de outubro de 1963, a Folha de São Paulo trouxe um texto intitulado “As saias em roupa de briga” (p.195) onde tece com ironia a participação feminina em contraste com o estereótipo do papel da mulher construído pela sociedade.

No quinto e último capítulo, “História da profissão docente no Brasil: uma síntese fragmentada”, as autoras salientam as condições em que os professores praticaram seu ofício. Pelos relatos das histórias de professores, é possível “imaginar a complexidade e heterogeneidade das condições de trabalho docente no século XIX” (p.210). A partir do século XX, com a rápida expansão do ensino, foram feitas iniciativas para a formação de um maior número de professores. Mas ainda assim, “era difícil considerar as possibilidades de ascensão das mulheres” (p.220). O magistério, essencialmente feminino estava subordinado à uma administração, fundamentalmente masculina.

Cabe ressaltar através do texto que,

[...] as lutas dos professores motivaram a construção de discursos em favor da autonomia do trabalho pedagógico, cada vez mais proclamada pelas associações docentes, pelos estudiosos na área da educação por parte da administração do ensino (p. 223).

A trajetória desenhada pelo livro tem valor expresso, pois nos proporciona uma compreensão maior a cerca da historicidade da profissão docente. Condição esta, prioritariamente importante para atuação, enquanto professores compromissados com a educação, com legitimidade frente aos poderes públicos e perante a nossa sociedade. Além disso, o texto nos remete a uma reflexão sobre o papel feminino, que nas entrelinhas, durante todo o relato, esteve presente de forma contundente. Como as próprias autoras destacam os temas relacionados à constituição da profissão docente no Brasil são escassos e ainda necessitam serem pesquisados em prol do maior conhecimento do contexto histórico da categoria.

*Recebido em junho de 2011
Aprovado em agosto de 2011*